

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

10 de março de 2017|Número 040

BOLETIM informativo



FETEC CUT
Centro Norte

Em defesa da aposentadoria, mulheres ocupam prédios do INSS e ruas por todo Brasil

Mulheres avisam Temer: tire as mãos da aposentadoria das brasileiras

Ana Flávia Marx e Rafael Soriano



Ana Flávia Marx

As manifestações do 08 de março, Dia Internacional da Mulher, levaram milhares de mulheres de norte ao sul do País com o tema: Aposentadoria fica. Temer sai. Paramos pela vida das mulheres.

As mulheres ocuparam fazendas, estradas, rodovias e as principais avenidas de todas as capitais, mas o principal alvo foi as agências do INSS e da Previdência Social nos municípios.

Foi assim que o dia começou em Porto Alegre, que teve a concentração marcada para às 5h30 da manhã. A manifestação reuniu mais de três mil participantes e partiu da ponte do Guaíba e depois tomou as avenidas Sertorio, Farrapos e Mauá, até chegar no prédio do INSS. As cidades de Pelotas, Santa Cruz, Erechim, Caixas do Sul, Santa Maria e Bagé também contaram com atividades.

No Paraná houve atividades, panfletagens e agências do INSS ocupadas também. São Catarina teve passeata em Tubarão, Chapecó, Friburgo, Lages e em Florianópolis que mobilizou mais de 10 mil pessoas.

Na região Sudeste, em Minas Gerais, as mulheres começaram já na véspera do 8 de março com uma série de ações e rodas de conversas na Assembleia Legislativa do Estado. Já hoje, mais de mil mulheres ocuparam a agência da previdência social que fica próximo à Praça Sete de Setembro.

Ainda na região, no Rio de Janeiro, organizações do movimento social realizaram atividades na Assembleia Legislativa e depois se concentraram na Candelária.

Em São Paulo, a manifestação teve como ponto de concentração na Praça da Sé e mais de 10 mil mulheres seguiram para encontrar com as sindicalistas da APEOESP e Sinpeem, que estavam em assembleia e seguiram para o ato. Ao todo, mais de 60 mil mulheres participaram do ato na capital. Também ocorreram atos na região metropolitana, cidades do interior do estado e no litoral, como em Cubatão que um grupo de mulheres fizeram uma ação denúncia sobre a sonegação fiscal da empresa Vale e o impacto na previdência.

Em Espírito Santo, Tocantins e Goiás também ocorreram atos organizados por movimentos sociais e feministas. Em Goiás, houve confusão e a polícia tentou impedir um ônibus de seguir até a manifestação.

Em Brasília, as atividades começaram com atividades na Rodoviária que contou até com uma roda de capoeira angola e também com ato que contou com a participação de parlamentares, como as senadoras Gleisi Hoffmann (PT) e Vanessa Graziotin (PCdoB) e terminou o dia com manifestação que contou com mais de 10 mil participantes.

No campo

A Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra, cujo lema é "Estamos Todas Despertadas! Contra o Capital e o Agronegócio! Nenhum Direito a menos!", já mobiliza mais de 40 mil mulheres em todo o Brasil. Ações de denúncia e enfrentamento, focadas principalmente em barrar a Reforma da Previdência do governo Temer, já movimentaram 22 estados e o Distrito Federal.

Em **Minas Gerais**, cerca de 200 mulheres ocuparam nesta manhã a fazenda Santa Terezinha, em Itatuaçu-MG, de propriedade do empresário Eike Batista. "Estamos ocupando a fazenda do Eike Batista, que foi preso por pagamento de propina no Rio de Janeiro", explica Esther Hoffmann, da direção do MST.

"Assim como as empresas sonégam ou são isentas do INSS, apenas se elas pagassem o que devem, já não teria 'rombo' na Previdência. Essa área está relacionada a quem são os verdadeiros devedores e corruptos, mas quem paga a conta da crise são trabalhadores com a retirada de direitos", salienta.

No **Maranhão**, cerca de 20 mil mulheres se mobilizaram desde a capital São Luís até a realização de trancamentos de rodovias estaduais e federais em 14 pontos, entre os quais o entroncamento das BR 135 e BR 316, em Alto Alegre do Maranhão.

Já em **Goiás**, houve reação por parte da Polícia Militar, criminalizando a luta das mulheres, que não querem perder direitos consolidados. Após a ocupação da agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Formosa de Goiás, 80 mulheres foram encarceradas em um ônibus pela PM-GO, que exigia a entrega de dois militantes para serem presos. Ainda no estado, marchas foram realizadas em Goiânia e Crixás.

Bahia: Mobilizadas desde a última segunda-feira (6), mais de duas mil mulheres ocuparam a Usina Santa Maria, em Medeiros Neto, extremo Sul da Bahia, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Salvador. Nesta terça-feira (8), 1200 camponesas ocuparam a agência do INSS, em Juazeiro, e outras 500 militantes ocuparam o INSS em Barreiras, protestando contra a Reforma da Previdência.

Sergipe: Por Reforma Agrária e contra a retirada de direitos, cerca de 500 trabalhadoras e trabalhadores Rurais Sem Terra ocupam desde a manhã desta segunda-feira (6) as instalações da Superintendência do Incra, em Aracaju.

Paraná: Em Londrina, cerca de 200 mulheres do MST e indígenas se concentraram em frente ao INSS do município contra a Reforma da Previdência. Em Apucarana, 150 mulheres do MST, acampadas e assentadas, se organizaram em frente ao INSS para denunciar a perca de direitos do Governo Temer. No município de Rolândia, região Norte do estado, cerca de 400 camponesas do MST se concentraram em frente ao INSS contra a retirada de direitos do Governo Temer. Em Ivaiporã, região Centro-Oeste do estado, cerca de 250 mulheres de assentamentos e acampamentos do MST e também da APP sindicato realizaram uma marcha no município até o INSS contra a Reforma da Previdência. Em Ortigueira, aproximadamente 100 mulheres do campo e da cidade realizaram durante a manhã um momento de estudo e debate e a tarde realizaram uma marcha até o INSS, denunciando a retirada de direitos do Governo Temer. Já em Maringá, cerca de 2000 mulheres do MST, estudantes secundaristas, sindicalistas, e militantes dos núcleos de mulheres da Sistemar e da Fetaep marcharam pelo município e se concentraram em frente ao INSS contra a Reforma da Previdência. Em Laranjeiras do Sul, 1500 mulheres do MST se mobilizaram contra a Reforma da Previdência e em solidariedade a militante Fabiana Braga, que se encontra presa no município desde novembro de 2016.

Em Guarapuava, cerca de 200 mulheres do campo e da cidade se reuniram em frente ao INSS contra a Reforma da Previdência e a retirada de direitos do Governo Temer. Em Ponta Grossa, na região Sul do estado, aproximadamente 400 mulheres do campo e da cidade marcharam denunciando a escalada na retirada de direitos, contra o Governo Temer e a Reforma da Previdência. Já em Cascavel, no Oeste paranaense, 500 mulheres do campo e da cidade marcharam pelo centro da cidade até o INSS.



Alagoas: Desde a última terça-feira (7), cerca de 1500 mulheres realizam mobilizações em Maceió. Elas ocuparam a Superintendência do Incra e do INSS, respectivamente, na manhã e na tarde desta terça. Nesta quarta-feira, as mulheres realizaram uma marcha em Maceió em conjunto com as mulheres da cidade. Também foram ocupados postos do INSS em Arapiraca e em Delmiro Gouveia, Alto Sertão.

Além do MST, participam das ações da Jornada de Lutas no estado de Alagoas o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento Via do Trabalho (MVT), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento Unidos Pela Terra (MUPT) e Terra Livre.

Rio Grande do Sul: Na manhã desta terça-feira (7), cerca de 200 militantes da Via Campesina realizaram protesto no Aeroporto Antônio Salgado Filho, em Porto Alegre, alertando sobre os riscos da Reforma da Previdência. Cedo na manhã desta quarta (8), mais de 3 mil mulheres se juntaram em uma grande marcha pelas ruas da capital gaúcha.

Mato Grosso: Mais de 500 mulheres realizaram uma marcha pelas ruas da capital Cuiabá. Após o protesto da manhã, elas seguiram em direção à agência do INSS para denunciarem a Reforma da Previdência.

Tocantins: Dezenas de mulheres do MST se concentraram na capital Palmas e realizaram uma marcha pelas ruas da cidade denunciando o governo golpista e a retirada de direitos.

Pernambuco: Na terça-feira (7), mobilizações percorrem as diversas regiões de Pernambuco, quando cerca de 1100 mulheres ocuparam as agências do INSS de Vitória de Santo Antão e Goiaba. Na passagem do Dia Internacional de Luta das Mulheres (8/3), as mobilizações se intensificaram. Mais de 1500 Sem Terra se juntam em mobilizações na capital Recife, onde se pretende unificar mais de 10 mil mulheres em marcha contra a Reforma da Previdência.

Em Petrolina, 500 mulheres Sem Terra ocuparam a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e em seguida realizaram ato no INSS em conjunto com outras organizações, somando mais de 1000 pessoas; Em Caruaru, mais de 400 mulheres caminharam para Câmara de Vereadores e Prefeitura e ocuparam o INSS. No município de Amaraji, 400 militantes realizaram ato no INSS. Na Zona da Mata, em Palmares 150 mulheres realizam também manifestação no INSS, assim como nos municípios de Aliança, Floresta e Petrolândia, com contingentes de 300, 350 e 500 mulheres, respectivamente, nas agências do INSS das cidades.

Rio Grande do Norte: Em Ceará-Mirim, Mossoró e João Câmara, as militantes ocuparam agências do INSS denunciando a Reforma da Previdência, num total de 1200 mulheres. Na capital, o ato é unificado com organizações da cidade.

Ceará: A Jornada de Lutas das Mulheres Sem Terra no Ceará mobilizou mais de 7 mil mulheres. Aconteceram mobilizações em varias regiões do estado: na região do Cariri, 500 mulheres marcharam pelo o centro da cidade; na região do Litoral, no município de Itapipoca, 600 mulheres ocuparam a agência do INSS local; na região dos Inhamuns, em Crateús, 800 mulheres marcharam pelo o centro da cidade e ocuparam agência do INSS regional; e no Sertão, no município de Canindé, 400 mulheres marcharam pelo o centro comercial do município. Já na capital cearense, 5 mil mulheres da Frente Brasil Popular marcharam pelo o centro da capital.

Espírito Santo: Foram realizadas mobilizações, panfletagens com a população e marchas na capital Vitória, em São Matheus, em Colatina e em Cachoeiro do Itapemirim. Somente na capital do estado, o contingente foi de mais de mil mulheres marchando. Nos interiores, os atos foram realizados juntamente com um conjunto de organizações do campo e da cidade, como FETAES, CUT, STR's, RACEFAES, MST, MAB, MMC, PJR, Fórum de Mulheres, Frente Brasil Popular, Sindbancários, Sindvest, ADUFES, Fórum da Defesa da Democracia.

Santa Catarina: No município de Chapecó, cerca de 5.000 manifestantes realizam uma caminhada pelas ruas da cidade com o objetivo de dialogar com população da cidade e somar força com as mobilizações que acontecem em todo país no dia internacional das mulheres. Também ocorrem mobilizações em Florianópolis, Lages, São Miguel do Oeste, Caçador e Criciúma.

Mato Grosso do Sul: Cerca de 500 mulheres da Frente Brasil Popular realizam marcha pelo centro de Campo Grande denunciando o ataque do governo Temer aos direitos da classe trabalhadora.

No **Piauí**, além de realizarem marcha pelas ruas de Teresina, mais de mil mulheres de MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) ocuparam a Assembleia Legislativa do Estado, para protestar contra a Reforma da Previdência.

Pará: As mulheres Sem Terra participaram em conjunto com as mulheres da cidade de uma grande marcha na capital Belém. Pela manhã, as Sem Terra ocuparam também a agência do INSS. Ainda, 400 mulheres do campo e da cidade marcharam pelas ruas de Marabá, contra a Reforma da Previdência, pela vida das mulheres e contra toda forma de violências sofridas pelas mulheres. Foi bloqueada a rodovia Transamazônica, na frente do fórum de Marabá por 20 minutos, em memória de todas as mulheres que morreram na região.

Paraíba: Um grande ato unificado, com mais de 60 organizações do campo e da cidade, tomou as ruas de João Pessoa nesta quarta (8), para dizer "não!" a Reforma da Previdência. Um total de 3000 militantes também realizou protestos em frente ao INSS e, de lá, se dirigiram ao Tribunal de Justiça (TJ-PB) para denunciar o clima de criminalização dos movimentos populares.



Rio de Janeiro: Na manhã deste dia 8/3, Dia Internacional da Mulher, militantes do MST se juntaram ao MAB e outras organizações sociais cariocas para realizarem um ato em frente à sede da empresa Vale. Além de lembrarem do crime de Mariana, com o ato, as manifestantes também denunciam o calote de R\$ 276 milhões da Vale o INSS. Enquanto propõe que o povo brasileiro trabalhe por mais tempo para se aposentar, a reforma da Previdência Social proposta pelo governo Temer ignora os R\$ 426 bilhões que não são repassados pelas empresas ao INSS.

Rondônia: Num total de 1000 manifestantes em diversas regiões do estado, as mulheres protestaram para defender seus direitos previdenciários realizando marchas em Ouro Preto, Ariquemes, Alta Floresta, Alto Alegre dos Parecis e Colorado.

Distrito Federal: Camponesas organizadas pela Via Campesina, Levante Popular da Juventude e Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD) participaram de audiência pública em Padre Bernardo, cuja pauta principal debateu os retrocessos da reforma da previdência.

Milhares, vindas de diversos pontos do DF e da região do Entorno, desceram o eixo Monumental, cantando, entoando palavras de ordem e se contrapondo a toda forma de preconceito, repressão e retiradas de direitos. Entre elas, sindicalistas, trabalhadores do campo e da cidade, das águas e das florestas, negras e brancas, relembrou a importância deste dia de luta, que marca tantos avanços e tantas dores sofridas no decorrer da história.

<http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/em-defesa-da-aposentadoria-mulheres-ocupam-predios-do-inss-e-ruas-por-todo-brasi-7166/>



Centrais divergem da proposta do governo de reforma trabalhista

As centrais sindicais foram ouvidas na terça-feira (7), em audiência pública, na comissão especial que debate o PL 6.787/16, que trata da reforma trabalhista.

Segundo veiculou a Agência Câmara, houve críticas a pontos do texto enviado pelo Executivo pelas diferentes entidades, mas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi a única a se posicionar contra qualquer medida proposta.

“A nossa central é a favor da negociação coletiva. É melhor o trabalhador errar junto com seus companheiros, porque é um aprendizado, do que alguém vir dizer o que é certo ou errado para mim”, disse o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves.

Críticas ao MPT

Segundo Gonçalves, a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) interveio sobre as negociações entre trabalhadores e empresários, aprovadas em assembleia.

“Gradativamente, o MPT adquiriu poderes que foram sufocando a negociação coletiva em uma tutela que lembra os piores momentos da ditadura militar”, afirmou o secretário-geral da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Alvaro Egea. Para ele, a criminalização do direito de greve é o maior desprestígio da negociação coletiva atualmente no Brasil.

Na avaliação do relator do projeto na comissão, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), as centrais confirmaram que há uma tutela do Estado sobre os sindicatos.

Representação de trabalhadores

Um ponto criticado pelas entidades sindicais foi a regulamentação da eleição de representantes de trabalhadores para empresas com mais de 200 empregados, como estabelece a Constituição.

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, disse que os sindicatos podem ficar de fora da escolha. “Da forma como o texto está, o edital pode ser feito pela própria empresa. Sem legitimidade na eleição ou transparência, poderemos ter uma diminuição da capacidade do movimento sindical no País”, afirmou.

Segundo Patah, a realidade do trabalho no Brasil enfrenta problemas como informalidade e desvio de função, mesmo com a atuação dos sindicatos.

“Imagina ocorrer o alijamento do movimento sindical na eleição do representante dos trabalhadores das empresas”, alertou.

O secretário de Políticas Sociais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Rogério Nunes, também defendeu a participação sindical na escolha do representante. “Tem que ter a sintonia com a organização sindical”.

Pelo projeto, a eleição do representante deve ser convocada por edital, com pelo menos 15 dias de antecedência. Ele terá garantia de participação na mesa de negociação do acordo coletivo e deve atuar para conciliar conflitos trabalhistas, inclusive quanto ao pagamento de verbas.

Sem concordância

O presidente da CUT, Vagner Freitas, afirmou que a entidade não tem a menor concordância em relação à proposta de reforma. “Jamais a CUT negociou qualquer desses dispositivos. Jamais o fará. Não criamos uma central durante a ditadura para chegar em um momento de um golpe e dourarmos uma pílula de uma reforma contra os trabalhadores”, afirmou. Para Freitas, a reforma vai legalizar o “bico” no Brasil e gerar precariedade no mundo do trabalho. “O que vai acontecer é a demissão dos trabalhadores empregados pela CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] para serem substituídos por empregados temporários”, disse. Segundo ele, a proposta somente busca aumentar a lucratividade do empregador.

O diretor de Organização Sindical da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Geraldo Ramthun, afirmou que a entidade também não é a favor da reforma como proposta pelo governo. “Afirmamos a inoportunidade da apresentação do projeto pelo Executivo. Suprimir direitos, mesmo com negociado, fragiliza a proteção dos trabalhadores.”

Estiveram no debate representantes das seis principais centrais sindicais — CTB, CSB, Força Sindical, CUT, UGT e NCST. Nesta quarta-feira (8), será a vez das maiores confederações patronais — CNA, CNC, CNI, CNT, CNS e Febraban - participarem de audiência na comissão.

http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26791:centrais-divergem-da-proposta-do-governo-de-reforma-trabalhista&catid=59:noticias&Itemid=392

Temer endurece regra sobre direito de greve

Andreza Matais e Marcelo de Moraes

O presidente Michel Temer redigiu um conjunto de sugestões para ser incorporado ao projeto do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos. A Coluna teve acesso ao texto. Temer define 19 categorias como prestadoras de serviços e atividades essenciais. Em caso de greve, elas terão de manter 80% dos servidores trabalhando. Na área de segurança pública, a exigência sobe para 90%. Sem legislação específica, as paralisações dos servidores seguem hoje a lei para trabalhadores da iniciativa privada.

O presidente trabalhou pessoalmente no texto. Ele incluiu entre os serviços essenciais as atividades de arrecadação e fiscalização de tributos; de inspeção agropecuária e sanitária, além de representações diplomáticas.

O Planalto não vai encaminhar suas sugestões em forma de projeto ao Congresso. O combinado é que o senador Romero Jucá (PMDB-RR) assuma a relatoria da proposição de Aloysio Nunes e inclua nela as sugestões do presidente.

Veja os serviços considerados essenciais pela proposta do presidente Michel Temer:

São considerados serviços e atividades essenciais e inadiáveis da sociedade, quando executadas diretamente pela administração direta, autárquica, inclusive sob regime especial, e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios:

- I – o atendimento ambulatorial de emergência e a assistência médico-hospitalar;

- II – os serviços de distribuição de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde;

- III – a segurança pública, policiamento e o controle de fronteiras;

- IV – a concessão e o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais;

- V – os serviços penitenciários e a assistência a presos e condenados;

- VI – a inspeção agropecuária e sanitária de produtos de origem animal e vegetal;

- VII – a necropsia, a liberação de cadáver, os exames de corpo de delito e os serviços funerários;

- VIII – a guarda de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;

- IX – a defesa e o controle do tráfego aéreo;

- X – a geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica, os serviços locais de gás canalizado, o tratamento e o abastecimento de água e o saneamento básico;

- XI – a captação e o tratamento de esgoto e lixo e a vigilância sanitária;

- XII – o atendimento a emergências e desastres ambientais e as ações de defesa civil;

- XIII – o transporte coletivo de passageiros

- XIV – as telecomunicações;

- XV – os serviços judiciários, a defensoria pública e o Ministério Público;

- XVI – a defesa judicial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das suas respectivas autarquias e fundações;

- XVII – a atividade de arrecadação e fiscalização de tributos e contribuições, inclusive o aduaneiro;

- XVIII – a representação diplomática e os serviços consulares; e

- XIX – o processamento de dados ligados aos serviços essenciais.

Parágrafo Único. Outros serviços ou atividades públicas estatais poderão ser definidos como serviços e atividades essenciais e inadiáveis da sociedade por meio de decreto do Poder Executivo ou de instrumentos de negociação coletiva.

<http://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estado/temer-endurece-regra-sobre-direito-de-greve/>



O Xadrez dos economistas que inventaram a recessão

Luis Nassif

3,6% de queda do PIB em 2016 não é culpa de Dilma Rousseff. Arriscaria a dizer que nem é culpa de Michel Temer. Quem levou o país à maior recessão desde 1930 é uma subclência econômica, uma submissão atrasada a um pensamento econômico equivocado, raso, que transformou o conhecimento científico em matéria de fé, abolindo princípios básicos de uma economia de mercado.

A culpa de Dilma e Temer foi a da semi-ignorância de uma, da ignorância ampla de outro, deixando a condução do país nas mãos de técnicos e Ministros de pequena estatura, escasso conhecimento geral.

A tragédia brasileira pós-redemocratização é fruto direto da ação deletéria dos economistas brasileiros, alguns com interesses financeiros explícitos – como a geração do Plano Real –, outros com a ignorância fatal dos falsos especialistas, os que confiam cegamente em respostas de manuais, com total incapacidade de enxergar o todo.

A economia sempre foi uma ciência auxiliar das políticas públicas, assim como o financeiro é auxiliar dos projetos de uma empresa. Cabe ao financeiro avaliar os custos, as formas de financiamento, apontar os limites, mas sempre se subordinando à estratégia definida pelo Board da companhia. Os erros de Dilma em 2014 foram fruto da sua cabeça. Os desastres de 2015 se deveram à pressão suicida do mercado/mídia e a erros trágicos de diagnóstico de Joaquim Levy, que persistiram na gestão Henrique Meirelles.

1º Passo – a crise fiscal

A crise fiscal do governo Dilma Rousseff foi fruto direto de um erro de diagnóstico dos economistas.

Basearam-se em estudos dos anos 90 – que haviam sido revisados pelo FMI em 2012 – segundo os quais subsídios fiscais tinham Impacto positivo no PIB. A enxurrada de subsídios se somou à compressão das tarifas de energia, visando conter a inflação. Havia um quadro externo de queda nos preços internacionais de commodities, prenunciando reflexos negativos sobre o país. E a Lava Jato cumprindo sua missão de destruir a economia brasileira.

A pobreza institucional e política do país permitiu que toda a estratégia fosse comandada de forma autocrática por Dilma e Guido Mantega, abrindo mão de qualquer consulta a outras cabeças.

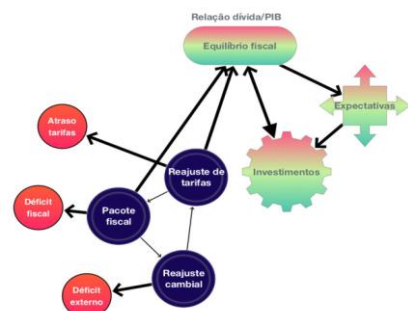
2º Passo – o ajuste fiscal radical

Joaquim Levy encontrou ela frente o seguinte quadro:

1. Crise fiscal, decorrente da queda da atividade econômica e do exagero dos subsídios concedidos na gestão Mantega.
2. Problemas no front externo com a compressão do câmbio.
3. Aceleração da Selic impactando profundamente a dívida pública.
4. Desmonte da cadeia do petróleo e gás pela compressão das tarifas e pelo missão internacional da Lava Jato.

A estratégia desenhada por Levy/mercado consistia em um choque tarifário gigantesco, um profundo arrocho fiscal e uma desvalorização cambial.

A tática consistia em equilibrar rapidamente as contas públicas, através dessa dupla investida, equilibrar a relação dívida/PIB (principal indicador de solidez fiscal). E, com isso, despertar a fé dos empresários na solidez fiscal. Bastaria para trazer de volta os investimentos em um prazo exíguo. Com os investimentos de volta, haveria a volta do crescimento e, consequentemente, da arrecadação fiscal.

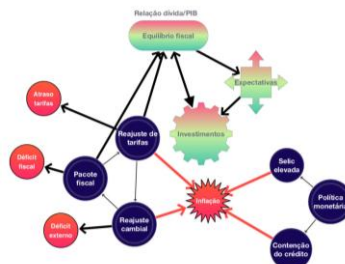


3º Passo - A volta da inflação

Não há economia que resista a um choque simultâneo de tarifas e de câmbio. A consequência lógica foi uma explosão da inflação. O desafio do governo consistiria em impedir os efeitos secundários do duplo choque de preços por alguns meses.

Depois, em curto prazo, os investidores voltariam a acreditar no país, retomando os investimentos e trazendo de volta o crescimento.

Na prática, o que ocorreu:

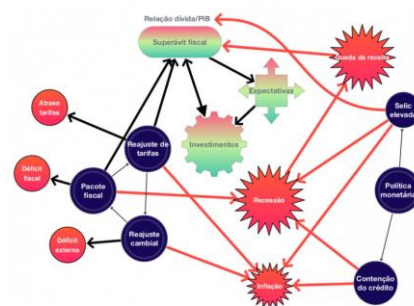


1. Mega-reajustes de tarifas e desvalorização cambial produziram uma aceleração da inflação.
2. Para conter a inflação, o governo aumentou o aperto fiscal.
3. Simultaneamente, subiu a Selic e promover uma política de crédito extremamente restritiva,

promovendo o chamado efeito-engavetamento: empresas que tinham crescido mais no período de bonança não tiveram tempo de voltar ao patamar anterior, espremida pelas restrições de crédito e juros altos.

4º Passo – o efeito engavetamento

As empresas que mais cresceram no período anterior foram as primeiras a bater no muro da inadimplência: atrás delas, vieram as empresas da cadeia produtiva promovendo um amplo engavetamento, que resultou no aprofundamento inédito da recessão.



O resultado foi trágico. Ajuste fiscal, mais elevação dos juros, mais restrição do crédito promoveu um corte radical na economia. A crise das empresas aumentou o desemprego e afetou a parte fiscal de duas maneiras: na ponta da receita, derrubando a arrecadação devido à crise; na ponta da dívida pública, crescimento devido ao aumento da Selic. Queda do numerador (receita), aumento do denominador (dívida), promoveu um aumento maior da relação dívida/PIB.

No final de 2015, Levy saiu e o novo Ministro da Fazenda Nelson Barbosa ensaiou uma mudança de estratégia: acenaria com o ajuste fiscal no longo prazo em troca de mais fôlego para aumentar os gastos públicos no curto prazo.

O boicote de Eduardo Cunha, mais a ação política combinada com a Lava Jato, impediram qualquer mudança. E a única saída fiscal – a volta da CPMF – foi soterrada pela campanha feita pelo golpe.

Michel Temer assumiu dobrando a aposta no pacote desastroso de Joaquim Levy. O resultado foi o esperado: 3,6% de queda do PIB em cima de uma queda de 4% em 2015. E nenhuma perspectiva de recuperação vigorosa da economia este ano.

5º Passo – o manra das expectativas

O jogo, de agora em diante, é tão óbvio que chega a ser cansativo. Nas próximas semanas, economistas de mercado e editoriais de economia sairão buzinando que os 3,6% foram um sacrifício necessário. Se afrouxar agora, jogará todo o sacrifício no lixo.

Em 1994 escrevi que a maior praga brasileira foi a mística dos pacotes econômicos. Ali, morria a geração dos economistas que sabia pensar o país de forma sistêmica.

<http://jornalggn.com.br/noticia/o-xadrez-dos-economistas-que-inventaram-a-recessao>

Opinião

O desmonte do Banco do Brasil é o desmonte do Brasil

Décio Lima*

Uma nação é, de forma geral, constituída por um povo, um território, uma língua e um governo comuns. Isto obviamente não basta, a existência da nação exige também a adesão de seus membros, um sentimento de pertença a nacionalidade. As pessoas devem se sentir parte da nação ou ela não existirá, resumindo-se então a uma infinidade de interesses particulares em conflito e concorrência permanentes. Esse pertencimento se fundamenta, em grande medida, em uma identidade compartilhada entre todos. Tal identidade é articulada por elementos diversos, entre eles história, tradições, hábitos, religião e interesses comuns, elementos que fortalecem a sensação de pertencer a uma experiência coesa e única a qual chamamos de lar.

No Brasil a identidade da nação é estruturada em uma rede complexa de elementos que nos sugerem que compartilhamos um projeto e um destino comuns, elementos que mesmo em conjunturas históricas e momentos políticos diferentes nos mantêm a crença de que somos um país e que os laços que nos ligam estipulam o desejo pelo bem comum como nosso sentimento primordial. A língua portuguesa, a religiosidade, o futebol e o carnaval são exemplos emblemáticos de tais elementos de promoção da coesão nacional. Algumas instituições, por conta de sua relevância histórica e social, estão nesta lista, encarnam, em si mesmas, uma parte da identidade da nação. O Banco do Brasil é, sem sombra de dúvida, uma destas instituições. Primeiro banco do país e mais antigo que o Estado brasileiro, o BB se afirmou, no decorrer de dois séculos, como uma das instituições mais importantes da história brasileira e como elemento indissociável da nação.

Fundado em 1808 e colocado sob gestão estatal desde 1905 o BB cumpriu, e cumpre, tarefas fundamentais no desenvolvimento do Brasil. Como fomentador da economia desde a fundação da república e como ferramenta de contenção das ambições dos bancos privados prestou, e presta, serviços inestimáveis ao Brasil e a seu povo. Priorizando a ideia do bem comum dos membros da nação, algo impensável para o setor bancário privado, de capital estrangeiro, ávido por lucros a qualquer preço e de qualquer forma, o BB conseguiu ao mesmo tempo ajudar o Brasil a se construir como uma nação moderna e se tornar uma instituição bancária próspera e rentável. Recentemente levando serviços bancários a comunidades desassistidas pelos bancos privados, ampliando e barateando o crédito para o setor rural, a construção civil, o mercado de automóveis e as pequenas e médias empresas, o BB foi fundamental para o salto civilizacional dado nos governos Lula e Dilma e no amortecimento de parte do choque da crise internacional do capitalismo na economia brasileira.

Esse comprometimento com a nação e com um projeto de civilização, que marca a História do Banco é inaceitável para o governo ilegítimo hora instalado no comando do Estado. Sem projeto de país, títeres de desejos privados e motivados apenas pela ambição desenfreada e pelo egoísmo mais ordinário, os que tomaram o governo de assalto deram início ao saque e desmonte do Banco do Brasil. O fechamento de mais de 450 postos de atendimento e um plano de demissão voluntária que pretende retirar quase dezoito mil trabalhadores do quadro são os primeiros, e já devastadores, passos para a destruição de uma instituição bancária com compromisso social.

Na mesma ação em que dilapida um patrimônio nacional, exclui do acesso aos serviços bancários uma multidão de brasileiros e arruína uma ferramenta fundamental para a retomada do crescimento, o governo ilegítimo, coerente com seu liberalismo perverso, promove a abertura de espaço para que seus sócios, os bancos privados e o capital rentista, possam saquear o país, praticando impunemente, e sem mediações, taxas extorsivas e juros abusivos. O desmonte do Banco do Brasil, que lucrou 14,4 bilhões no último exercício, é feito a título de economia e de mentiroso e perverso ajuste fiscal, que faria bem melhor se combatesse a sonegação, ação capaz de trazer 500 bilhões, subtraídos anualmente pelo setor privado, aos cofres públicos.

Estamos assim sofrendo um duplo e profundo prejuízo, ao mesmo tempo em que rapina uma das instituições fundamentais da economia brasileira o governo ilegítimo desmonta um dos elementos constitutivos de nossa própria identidade como nação, tornando o Brasil mais pobre, menor e menos coeso.

<http://www.brasil247.com/pt/colunistas/deciolima/283528>

Economia pós-golpe se acomoda a baixo crescimento e desemprego elevado

Sem vida, a economia não faz barulho, buscando se acomodar aos retrocessos que se acumulam no país sem horizonte de crescimento sustentável

Marcio Pochmann*

A decisão do governo Dilma de promover o choque de custos no interior do sistema produtivo logo no início de 2015, com a desvalorização cambial, a própria elevação dos juros e a liberação de vários preços administrados, entre outros, terminou por empurrar, por consequência, o custo de vida para o patamar acima da meta superior de inflação. No cenário recessivo imposto, bem como acompanhada da queda dos preços das commodities, a espiral inflacionária não teria como se manter por longa duração, mesmo com o ainda elevado grau de indexação presente no interior da economia brasileira. Mas arbitrária ascensão do governo dito *pró-business* de Temer terminou sendo acompanhada por uma ortodoxia ainda maior à frente do Banco Central (BC). O guardião da moeda nacional não se fez de rogado, pisou fundo na taxa de juros para somente promover a redução da taxa Selic quando os ganhos reais dos rentistas terminassem por colocar em risco o sistema bancário, diante da insolvência apontada pelas empresas e famílias.

A rebaixa na taxa de inflação vem sendo acompanhada pela ortodoxia encastelada no BC de uma espiral deflacionista que segue quase inexoravelmente a trajetória que decorre do patamar elevado dos juros reais atuais, sem falar no desejo subentendido de reduzir o centro da meta de inflação para o próximo ano. A menor inflação segue apoiada, inclusive, por equívocos da valorização do real, que joga por terra o esforço do começo do segundo governo Dilma de oferecer algum alento competitivo adicional ao setor produtivo nacional.

O que se tem nos dias de hoje é o crescente silêncio dos cemitérios. Sem vida, a economia não faz barulho, buscando se acomodar aos retrocessos que se acumulam no país sem horizonte de crescimento sustentável.

A grande dimensão do desemprego e o cada vez mais longo prazo para o retorno dos sem empregos ao mercado de trabalho seguem acompanhados da queda da taxa de salários. Neste sentido, o consumo das famílias pouco poderá auxiliar no estímulo de puxar a demanda interna.

Mas a elevação no preço de algumas *commodities* concomitante com a queda nominal na taxa de juros poderia ensejar outro sentido de recuperação econômica. Talvez o reposicionamento dos estoques provocados no interior das empresas não seja suficientemente forte para interpor ao "freio de arrumação" em curso nos entes subnacionais como estados e municípios em situação quase falimentar.

O "silêncio ensurdecedor" da economia brasileira somente tende a ser interrompido pela "voz rouca das ruas", que almejam cada vez mais outro rumo para a economia brasileira. Os anos de 1990, com toda a experimentação neoliberal, deixou a marca indelével do desemprego em larga escala e a destruição da massa salarial.

A retomada do receituário neoliberal pelo governo *pró-business* de Temer segue o mesmo sentido. O desemprego já é maior do que o dos anos de 1990, cuja queda provocada na participação de salários faz retornar para a primeira metade da década de 2000.

Os segmentos mais empobrecidos e vulneráveis da população são os mais atingidos desfavoravelmente pelo curso atual da política econômica que produz o silêncio dos cemitérios. Mesmo assim, os estratos de classe média terminam sendo os mais prejudicados no médio e longo prazo por decorrência da destruição e difícil retomada dos empregos intermediários na estrutura ocupacional.

Não parece ser outro motivo que entre a juventude universitária, o estímulo de sair do Brasil cresce cada vez mais. O silêncio dos cemitérios não os agrada, pois preferem o barulho de uma economia ativa e próspera, que parece estar cada vez mais distante das medidas ortodoxas atualmente em curso no Brasil.

* Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas

http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2017/03/economia-pos-golpe-se-acomoda-a-baixo-crescimento-e-desemprego-alto?utm_source=redes%20fb&utm_medium=banner&utm_content=pochmann



Juros e indignação cidadã

Luiz Carlos Bresser-Pereira*

O Valor publicou no dia 14 de janeiro excelente artigo do André Lara Resende, "Juros e conservadorismo intelectual", no qual ele rompe com a ortodoxia liberal brasileira, que defende de maneira quase religiosa o alto nível de taxa de juros real praticado pelo Banco Central desde 1994, e conclui, a partir da lógica das "expectativas racionais", que os juros altos aceleram a taxa de inflação, ao invés de causarem sua redução. Ele mostrou que a teoria macroeconômica vive profunda confusão, já que o "quantitative easing" deixou definitivamente demonstrado que aumento da quantidade de moeda não causa inflação. Algo que ele, eu e um pequeno grupo de economistas sabíamos bem quando, no início dos anos 1980, desenvolvíamos a teoria da inflação inercial e afirmávamos que a quantidade de moeda é um fator sancionador da inflação. Naquela ocasião travávamos uma luta contra a "verdade" ortodoxa da época - o monetarismo - que nos anos 1980 voltara a se tornar dominante. Mas os bancos centrais não demoraram em perceber que o controle da oferta de moeda não levava ao controle da inflação e abandonaram as metas monetárias. Em seu lugar colocaram, pragmaticamente, a ideia da meta de inflação a ser perseguida pelos meios que estivessem disponíveis, principalmente pela elevação da taxa de juros quando a inflação se acelerava.

A crise da ortodoxia monetária foi tão grande que os monetaristas mudaram de denominação: ao invés de economistas monetaristas, eles passaram a ser chamados de economistas neoclássicos ou ortodoxos. E trataram imediatamente de envolver a política de metas de inflação em um quadro neoclássico. Mas a coisa mais simples e prática que fizeram foi adotar a equação de reação de Taylor, que não tem nada de neoclássico. É simplesmente uma equação que relaciona a inflação e o hiato de produto com a taxa de juros, no quadro de uma inflação keynesiana de demanda.

Para ficarem mais afinados com o pensamento neoclássico puro, que aprendem nas universidades, os neoclássicos desenvolveram um discurso sobre a necessidade de transparência e de credibilidade por parte das autoridades monetárias e sobre a importância das expectativas - duas coisas que seriam razoáveis se não implicassem a crença que as empresas pautarão suas expectativas e suas ações às expectativas que as autoridades monetárias lhes propõem. Não obstante toda a credibilidade que elas tenham, a experiência mostra que as autoridades monetárias cometem grandes erros de política quando as expectativas que sinalizam para as empresas estão em contradição com sua experiência e seus interesses.

Depois de 2008 o problema dos países ricos e de seus economistas deixou de ser a inflação para ser a deflação. Este fato abriu espaço para que os teóricos das expectativas racionais voltassem à carga. Segundo essa teoria, ao formarem suas expectativas de forma "racional" os agentes econômicos teriam pleno conhecimento dos fatos e da teoria verdadeira, de forma que, por exemplo, uma política fiscal expansionista no quadro de uma recessão seria ineficaz porque os agentes econômicos preveriam que teriam que pagar mais impostos no futuro para pagar a expansão.

No caso dos juros e da inflação, os expectativistas racionais foram buscar a equação de Irving Fischer, segundo a qual a taxa nominal de juros "de equilíbrio" é igual à taxa de inflação mais a taxa real de juros. Essa é uma mera identidade, se tirarmos o "de equilíbrio" da frase. Incluindo-o, e entendendo que a taxa de juros real é determinada endogenamente - o que é muitíssimo discutível -, ao elevar a taxa de juros o Banco Central causa o aumento da inflação.

André Lara Resende não é ortodoxo por natureza, mas foi nessa teoria que ele foi buscar apoio para mostrar sua indignação cidadã contra o nível da taxa de juros praticado pelo Banco Central do Brasil desde 1994. Seu artigo teve grande repercussão, o que mostra seu prestígio, mas todos os seus críticos igualmente ortodoxos discordaram dele.

Eu também discordo, porque rejeito o modelo hipotético-dedutivo axiomático das expectativas racionais, mas diferentemente dos seus críticos, comungo com ele sua indignação. Ele a expressou na seguinte frase: "Com a dívida pública em torno de 70% do PIB, uma taxa nominal de juros de 14% ao ano exige um superávit fiscal de quase 10% do PIB para que a dívida nominal fique estável. Com a economia estagnada e a inflação perto dos 6% ao ano, isso significa que é preciso um superávit fiscal primário de quase 5% da renda nacional para estabilizar a relação entre a dívida e o PIB".

André tentou encontrar uma explicação econômica para o problema. Não existe explicação econômica; a causa fundamental dos altos juros no Brasil é o poder de rentistas e financistas. A explicação ortodoxa é que a taxa de juros seria alta porque o Brasil não cumpre suas metas fiscais, mas os países cumpriam suas metas entre 1999 e 2012 e a taxa de juros não baixou.

É falso também que o Estado "não conseguiria financiar sua dívida se baixasse os juros"; em última análise os rentistas não têm alternativa para aplicar seu dinheiro. Sem dívida, seria preciso acabar com a indexação da dívida pública. Mas o essencial é termos um governo republicano, que mostre com clareza sua responsabilidade fiscal, e tenha coragem de baixar o nível da taxa de juros em torno da qual o Banco Central deve realizar sua política monetária.

*Professor emérito da FGV ; foi ministro da Fazenda e da administração federal

<http://www.valor.com.br/opiniao/4888288/juros-e-indignacao-cidada>

Bancários abrem Congresso Extraordinário da Contraf-CUT e convocam luta contra perda de direitos

Roberto Von der Osten disse que classe trabalhadora tem força para superar a atual conjuntura

Foi aberto na manhã desta quinta-feira (9) o Congresso Extraordinário da Contraf-CUT. O encontro ocorre na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo, na região central, segue até esta sexta-feira (10) e reúne delegados e delegadas do Brasil todo, os quais definirão e votarão o Plano de Lutas para o próximo período e a Reforma Estatutária da entidade. O congresso teve início com uma análise da conjuntura atual e os representantes dos trabalhadores foram unânimes em afirmar que é preciso disputar as ruas e ganhar o apoio da sociedade na luta contra os retrocessos que assombram não só o Brasil, mas diversos países.

"A luta contra o capital é internacional, trabalhadores do mundo, uni-vos", convocou o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, citando Karl Marx.

O presidente da Contraf-CUT destacou que a história e unidade do bancários contribuem de forma extremamente positiva para o enfrentamento dos retrocessos e contra as reformas que o governo de Temer quer impor aos trabalhadores.

"Fizemos uma avaliação no ano passado que 2017 seria muito duro, com planos de privatização, é o que está acontecendo neste governo golpista e conservador. Inovamos com um acordo de dois anos com os bancos para enfrentar o momento de caos. Temos um processo negocial que virou exemplo para outras categorias e assegura os mesmos direitos para o bancário em todo país, seja no Pará ou no Rio Grande do Sul. Chegamos hoje a uma Confederação que tem uma fabulosa história de luta e vamos debater neste Congresso o nosso plano de voo para superar esta conjuntura adversa", disse Roberto von der Osten.

Vamos contagiar o Brasil para a luta

Juvandia Moreira, vice presidenta da Contraf-CUT e presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, enalteceu as manifestações em defesa dos direitos das mulheres em várias partes do mundo, nesta quarta-feira (8). A dirigente afirmou que o Congresso Extraordinário da Confederação é um espaço importante de debate e que os bancários devem contagiar outros trabalhadores para a luta.

"As mulheres, em especial as trabalhadoras, estão lutando contra a reforma da previdência, contra o desmonte do estado e a desigualdade social, e já avisamos, não vamos pagar a conta. As mulheres foram às ruas em todo mundo contra a violência e por um mundo justo e igualitário. Vamos sair deste Congresso com um plano de lutas importante, capaz de contagiar o Brasil todo, com certeza", afirmou.

Defesa dos bancos públicos

Jair Ferreira, presidente da Fenae, destacou o ataque do governo Temer contra os bancos públicos e empresas públicas. "Esta conjuntura que nos manda o governo golpista tem papel importante do setor financeiro. Temos que ganhar o coração e a mente não só dos bancários, mas de toda a sociedade em defesa dos bancos públicos e direitos. As nossas entidades estão se preparando cada vez mais para o combate".

"O debate neste Congresso é muito importante e temos que deixar claro para os bancários que a categoria não está fora das reformas, a expectativa hoje é morrer sem aposentadoria. Mas o governo Temer está com receio da reforma da previdência não passar, então estão criando um clima de polarização na população. Nossa tarefa é ir para os locais de trabalho e fazer o debate e o enfrentamento nas ruas", disse Milton Rezende, da coordenação da CDS.


Ameaças sem fronteiras

Durante a abertura do Congresso, Márcio Monzane, diretor regional da UNI Américas, analisou a situação dos trabalhadores em vários países e disse que há uma espécie de acordo neoliberal contra os trabalhadores.

"Na Argentina 300 mil trabalhadoras estiveram marchando em Buenos Aires, pelo fim da retirada de direitos e contra o retrocesso. São as mesmas bandeiras no Peru, em outros países. Há um acordo para criminalizar os movimentos sociais. A melhor maneira de fazer o combate é unir forças, e construir um movimento amplo, juntando as minorias", disse.

Os delegados e delegadas presentes no Congresso aprovaram o regimento interno. O Congresso segue com painéis e debates durante o dia todo.

<http://www.feteccn.com.br/noticia/bancarios-abrem-congresso-extraordinario-da-contraf-cut-e-convocam-luta-contraperda-de-direitos/>



MENINO 23
UM FILME DE BELISARIO FRANCA
INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL

Cinema com Debate: Escravidão infantil é tema do filme Menino 23
13 de março – 19h00
Teatro dos Bancários – Brasília - DF

POR UMA PROPOSTA JUSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA



 14 de março de 2017

 Conselho Federal da OAB, Brasília-DF

 Às 14 horas



Mulher BANCÁRIA

16 DE MARÇO DE 2017
ÀS **19H** NO
TEATRO DOS BANCÁRIOS
EQS 314/315 SUL

DEBATEDORA
MARCIA TIBURI

TEMA: MULHERES, POLÍTICA E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

 **BANCÁRIOS DF**



12º CONGRESSO CONTAG

LEVANTAR AS BANDEIRAS DE LUTA E FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

**13 A 17 DE MARÇO DE 2017
BRASÍLIA - DF**



Pesquisa de Emprego e Desemprego

A inserção das mulheres no mercado de trabalho

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, o Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego divulga dados sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho das regiões metropolitanas de Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Paulo, Região do ABC e Distrito Federal.



<http://www.dieese.org.br/analisePED/sistemaPed.pdf>

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, em convênio entre o DIEESE e a Fundação Seade. O reconhecimento da importância da PED como instrumento de análise da realidade socioeconômica concretizou-se com solicitações da Pesquisa em outras regiões do país, a partir de 1987. As atividades de assessoria e acompanhamento das PEDs regionais por parte da Fundação SEADE e do DIEESE têm se dado de forma contínua, em convênio com diversas instituições. Atualmente, a PED é realizada no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e mais recentemente Fortaleza, constituindo o Sistema PED. O apoio financeiro e o reconhecimento institucional da PED como parte integrante do Sistema Público de Emprego, por parte do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foram inestimáveis na consolidação deste novo sistema de produção estatística.



Em março, latinos fazem mobilizações contra retrocessos

Dia 15, no Brasil. Dia 24, Argentina. Ao longo do ano, Jornada vai lutar contra repressão

Isaías Dalle



A briga contra os retrocessos políticos e o desmonte dos direitos sociais, trabalhistas e individuais é feia. De roldão, os golpistas, reacionários e direitistas de todas as cepas querem destruir as políticas públicas de distribuição de renda e proteção social. O combate a esses ataques exige não apenas ação local, mas a união de todos os povos latino-americanos. Pelo menos.

Por isso, a Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo, iniciada em novembro do ano passado, prepara novas ações para este ano. O objetivo é criar uma onda de resistência ao obscurantismo que grassa mundo afora. No próximo dia 24, em Buenos Aires, capital argentina, é aguardada a manifestação de mais de 100 mil trabalhadores e trabalhadoras, marcando o protesto contra os 41 anos da Operação Condor – ação coordenada das ditaduras militares que atuaram no continente nas décadas de 1960 a 1980 – e para dizer não à volta desses ares pestilentos. Isso sem esquecer que dias antes, aqui mesmo no Brasil, a Paralisação Nacional contra o Fim das Aposentadorias vai ter a participação das entidades que organizam e compõem a Jornada Continental.

A CUT, como uma das principais entusiastas e organizadoras da atividade, vai incluir a pauta da Jornada Continental nas manifestações.

“Estamos acumulando forças para unificar os sindicatos e os movimentos sociais e populares de todo os países da América do Sul e Central, assim como do Caribe, para resistir aos ataques aos direitos conquistados com luta ao longo do século passado”, explica Ariovaldo de Carvalho, secretário-adjunto de Relações Internacionais da CUT.

Para caracterizar essa luta, a CUT planeja organizar, no próximo dia 15 de março, a participação de grupos de imigrantes nas mobilizações da Paralisação Nacional contra o Fim das Aposentadorias. Na capital de São Paulo, os protestos vão acontecer na Avenida Paulista

CUT
A Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo é capitaneada pela CSA (Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas), à qual a CUT é filiada, assim como demais centrais brasileiras e de outros países da região.

Imigrantes

Um dos ataques aos avanços recentes na região, adverte Ariovaldo, miram os direitos dos imigrantes, cuja legislação brasileira aperfeiçoou-se significativamente nos governos Lula e Dilma. Desde o ano passado, novas medidas têm restringido o acesso a nascidos em outros países.

No governo Lula, um dos avanços, conquistados por esforço das equipes do Ministério Público do Trabalho, foi a concessão de cidadania e visto de trabalho para estrangeiros libertados de situação análoga à escravidão. Anteriormente, apesar de vítimas, eram simplesmente deportados. Desde então, passaram a ter status de refugiados políticos. Para caracterizar essa luta, a CUT planeja organizar, no próximo dia 15 de março, a participação de grupos de imigrantes nas mobilizações da Paralisação Nacional contra o Fim das Aposentadorias. Na capital de São Paulo, os protestos vão acontecer na Avenida Paulista.

“Outro risco, que compõem o pano de fundo desse desmonte, é a política de descaracterização do Mercosul, desejo especialmente demonstrado pelos governos de Temer e Macri, na Argentina”, diz Ariovaldo.

No calendário da Jornada Continental, estão previstos atos em diferentes capitais latino-americanos ao longo do ano. Em abril, por exemplo, haverá ato na capital colombiana, Bogotá. E, em maio, o Foro de São Paulo reúne-se em Manágua, capital nicaraguense, incluindo também a pauta da Jornada.

<http://www.cut.org.br/noticias/em-marco-latinos-fazem-mobilizacoes-contra-retrocessos-81ea/>

Ciclo de Debates Democracia e Fortalecimento do Projeto Politico-Organizativo da CUT CUT Brasília

21 e 22 de março

PROGRAMAÇÃO

13/03

9h00 – 9h30 Abertura Política

9h30-12h00 – Conjuntura Política e Econômica Nacional e Estadual

13h00-15h30 - Cenários e desafios da organização sindical CUTista

16h00 – 17h30 – Debate sobre o planejamento da CUT e as ações que priorizaremos visando o fortalecimento das nossas entidades sindicais. (Plano de Organização Sindical do Estado)

14/03

09h00-12h00 - Registro Sindical e as atuais perspectivas/Atendimento aos sindicatos.

13h00 – 17h00 – Continuidade do atendimento aos sindicatos e Retorno para os municípios.

Inscrições: Até 17 de março, pelo e-mail sops@cutbrasil.org.br, indicando nome, entidade, e-mail e telefone

BOLETIM inFORMATIVO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

Boletim InFormativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim
Aclimação – Cuiabá – MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br

